

publicação online

# INventaMUSEU

ESPÓLIO

DOCUMENTAL

CARTA DE  
D. JOÃO CAMELO

/ 1506



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA  
NORTE



MUSEU DE  
LAMEGO

Revista da Secção de Inventário

[www.museudelamego.gov.pt](http://www.museudelamego.gov.pt)

09

2021

EDIÇÃO  
ESPECIAL



publicação online

# INventaMUSEU

Revista da Secção de Inventário

[www.museudelamego.gov.pt](http://www.museudelamego.gov.pt)

09

2021

ESPÓLIO

DOCUMENTAL

CARTA DE D. JOÃO CAMELO

/1506



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA  
NORTE



MUSEU DE  
LAMEGO

EDIÇÃO  
ESPECIAL

# Ficha Técnica

## DIREÇÃO EDITORIAL

Alexandra Falcão [Museu de Lamego | DRCN]

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Nuno Resende [Universidade do Porto/CITCEM]

## TEXTOS

Alexandra Falcão [Museu de Lamego | DRCN]

Georgina Pessoa [Museu de Lamego | DRCN]

Maria do Rosário Barbosa Morujão [Universidade de Coimbra/CHSC]

Maria João Oliveira e Silva [Universidade do Porto/CITCEM]

Nuno Resende [Universidade do Porto/CITCEM]

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Imagens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8 © Nuno Resende

Imagem 6 © ANTT, Cabido da Sé de Lamego, Notas de escrituras, liv. 172, fl. 57.

Imagem 9 © LARANJO, F. J. Cordeiro - «Escudos de armas dos bispos de Lamego». *Beira Alta*. Vol. 36, n.º 1, 1977.

Imagens 10, 11, 12 e 13 © Museu de Lamego | DRCN

## VÍDEO

Curso Profissional de Técnico de Multimédia do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego

## DESIGN | COMUNICAÇÃO

Paula Pinto [Museu de Lamego | DRCN]

## EDIÇÃO

Museu de Lamego | Direção Regional de Cultura do Norte

## LOCAL DE EDIÇÃO

Lamego

## DATA DE EDIÇÃO

Fevereiro de 2021

## ISSN

2183-4482

A opção ortográfica é da responsabilidade dos autores.

**04 / EDITORIAL**

Alexandra Falcão [Museu de Lamego]

**07 / SECÇÃO DE INVENTÁRIO DO MUSEU DE LAMEGO**

Georgina Pessoa [Museu de Lamego]

**11 / CARTA DE D. JOÃO CAMELO DE 1506 / TRANSCRIÇÃO**

Maria João Oliveira e Silva [Universidade do Porto/CITCEM]

**15 / UMA CARTA DE COLAÇÃO DE CLÉRIGO DE 1506 / ESTUDO PALEOGRÁFICO**

Maria João Oliveira e Silva [Universidade do Porto/CITCEM]

**21 / UMA CARTA DE COLAÇÃO DE CLÉRIGO DE 1506 / ESTUDO DIPLOMÁTICO**

Maria João Oliveira e Silva [Universidade do Porto/CITCEM]

**ÁLBUM DE IMAGENS**

**29 / O SELO PENDENTE**

Maria do Rosário Barbosa Morujão [Universidade de Coimbra/CHSC]

**35 / D. JOÃO CAMELO, BISPO DE LAMEGO**

Nuno Resende [Universidade do Porto/CITCEM]

**ANEXO**

*Preservar o património é preservar-nos a nós próprios.*

(Carlos Fortuna)

A publicação de uma edição especial da revista **INventaMuseu** pressupõe que as circunstâncias da sua publicação e os conteúdos disponibilizados também o sejam. Assim sucede a vários níveis. Desde logo, pelo facto de registar o carácter inédito que configura a primeira doação de 2021, ao Museu de Lamego. A aquisição, por parte de um particular, João Pedro de Oliveira Santos, de um documento manuscrito em pergaminho, datado de 1506, com o propósito de vir a ser integrado na coleção do espólio documental do museu. Com efeito, excetuando as aquisições realizadas por iniciativa das várias associações de Amigos do Museu, especialmente ativas entre as décadas 20 e 40 do século passado, não são comuns exemplos semelhantes no histórico de doações do museu.

Construída em sucessivas camadas, a coleção do Museu de Lamego é muito devedora à mais de meia de centena de doadores e legatários, que ao longo dos anos têm contribuído para o seu enriquecimento. A grande parte dessas doações, realizadas em contextos de guerra (2.ª Guerra Mundial e Guerra Colonial Portuguesa), encontramos o desejo de preservação de memórias pessoais e familiares, por meio de uma segunda vida dos objetos, que a sua musealização faz antever. Contrariando essa tendência, a presente doação revela uma mudança de atitude que, paulatinamente, tem vindo a impor-se, relacionada com a consciência de que a salvaguarda do património é, antes de mais, um dever de

Alexandra Falcão  
Diretora do Museu de Lamego

cidadania, e a democratização do acesso e fruição do mesmo, uma questão primordial.

Com esse claro objetivo, numa iniciativa exemplar do doador, o manuscrito foi alvo de estudo, por uma equipa de três historiadores, que ao longo de 2020, se debruçaram sobre o documento, de modo a fazer coincidir a sua entrega ao museu, com a disponibilização de uma publicação que compilasse o trabalho realizado, pretexto para este número da INventaMUSEU. Em edição especial, também pelo facto de ter a coordenação editorial do historiador Nuno Resende, inaugurando um modelo que pretendemos venha a repetir-se no futuro, de chamar à participação externa a coordenação de publicações periódicas do museu.

Deixando o juízo sobre o trabalho realizado ao leitor, cumpre-nos agradecer às autoras, Maria João Oliveira e Silva, a transcrição e análise paleográfica e diplomática do mesmo, e Maria do Rosário Morujão, o estudo de sigilografia. Ao professor José Maurício Teixeira e aos alunos-estagiários, António Sequeira e David Gonçalves, do curso profissional de Técnico de Multimédia do Agrupamento de Escolas Latino Coelho (Lamego), pela realização do vídeo incluído na publicação. Às colegas do Museu de Lamego, Georgina Pessoa, Helena Lemos e Paula Pinto pelo profissionalismo, que imprimiram à sua colaboração neste número. E uma última palavra, ao Nuno Resende, pelo modo feliz como conduziu todo o trabalho de coordenação, para além do estudo de contextualização do manuscrito, e ao João Pedro de Oliveira Santos, o mecenas e o responsável pelo espoletar de todo o processo.



# SECÇÃO DE INVENTÁRIO do Museu de Lamego

Georgina Pessoa  
Museu de Lamego

<sup>1</sup>Salientamos o suporte dado pelas *Normas de Inventário* - Linha editorial iniciada em 1999 pelo Instituto Português de Museus, tendo sido já editados 14 títulos, abrangendo as normas gerais e as tipologias patrimoniais mais representativas.

Após considerável período de ausência, é-nos particularmente gratificante retomar este projeto, dando cumprimento aos objetivos que levaram à criação da InventaMuseu. Centrada nas atividades decorrentes do inventário das peças/coleções, que vão dando entrada no museu, assim constituindo e valorizando o seu acervo. Tarefa prioritária e basilar para a sua conservação, estudo, exposição e divulgação executada a partir de procedimentos criteriosos<sup>1</sup> que obedecem à observação de princípios e orientações técnicas que visam a clarificação, sistematização e uniformização de conceitos e práticas. A atribuição do número de inventário e o registo no Livro de Tombo, ato primeiro aquando da receção da peça, dá início a uma viagem de múltiplos caminhos, plena de estímulos, de interrogações, de interpretações, de leituras, de esforços de compreensão do objeto, sempre aliciante e sempre em aberto. Proveniência, tipologia, cronologia, funcionalidade, características físicas, materiais, formais e estilísticas constituem parte da abordagem iconográfica e iconológica da mesma, a remeter-nos para os seus contextos de produção e percurso, significado e simbologia. Todavia, esta informação,

intrínseca a cada peça, não é objetiva clara ou imediata. Além dos fundos antigos, bastante omissos no registo da informação, as posteriores integrações chegam à instituição através de legados ou doações, e em menor número aquisições ou outros, todavia, na maioria dos casos, com parca informação além daquela que os documentos oficiais comportam, quase sempre restrita a aspetos e características básicas.

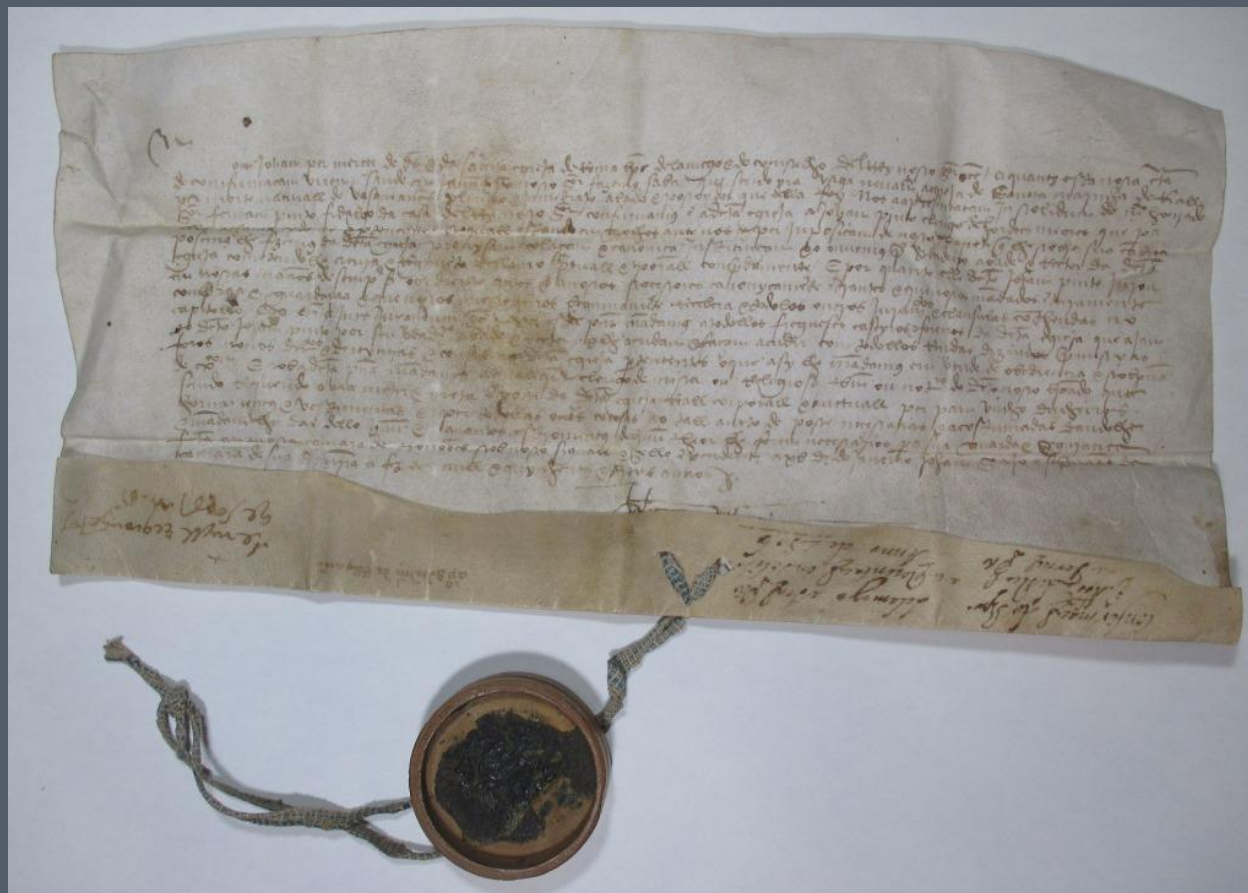
O inventário, tarefa solitária, realizada em espaço reservado do museu, contém em si, o estímulo particular de ver e descobrir a intimidade das peças. O que se reveste de um encanto especial e constitui, sem dúvida, um privilégio de todos os que trabalham em museus. Incompleta, porém, sem a investigação, o estudo e a interpretação dos investigadores de áreas científicas específicas. Aspeto relevante no inventário do espólio documental, sobretudo de documentos antigos, como os manuscritos, a exigirem conhecimentos específicos de paleografia e diplomática para a sua leitura e compreensão, nem sempre existentes ou compatíveis com as competências mais abrangentes e menos profundas de quem inventaria uma pluralidade de tipologias. Justamente o que foi possível conciliar e reunir na peça que agora se inventaria, passando a constituir parte integrante do acervo do Museu de Lamego - uma carta de D. João Camelo de Madureira, bispo da diocese de Lamego, datada de 1506, confirmando João Pinto como reitor da igreja de Santa Marinha de Real, por apresentação *in solidum* de Fernão Pinto.

Resultante da doação de João Pedro de Oliveira Santos, o documento vem contribuir para a valorização da coleção de documentos manuscritos em

<sup>2</sup>Braga, Alexandra; Ribeiro, Agostinho  
(Coord.) (2002) - *Museu de Lamego*.  
*Pergaminhos*. Lisboa, Instituto Português de  
Museus / Museu de Lamego

pergaminho, certificada pelo catálogo<sup>2</sup> publicado em 2002, revestindo-se de acrescido interesse e importância, porquanto se tratar de uma carta firmada com selo do insigne bispo da diocese de Lamego (1502-1513), responsável pela ostensiva e dispendiosa encomenda a Vasco Fernandes (1475-1542) do políptico para a capela-mor da Sé (1506-1511), cujos painéis remanescentes fazem parte do percurso expositivo do museu.

Constitui esta a carta manuscrita, lavrada com data de 1506, coincidentemente com a data da encomenda do retábulo da catedral lamecense, um contributo exemplar do doador, investigadores e entidade recetora, que unindo esforços permitiram a preservação, partilha e divulgação deste pergaminho em circunstâncias extraordinárias.



## CARTA DE D. JOÃO CAMELO

15 de janeiro de 1056

Pergaminho

Museu de Lamego, inv. 8638

Doação João Pedro de Oliveira Santos [SANTRESENDE, Unipessoal, Lda.]

Fotografia © Nuno Resende

# CARTA DE D. JOÃO CAMELO DE 1506 / TRANSCRIÇÃO

Maria João Oliveira e Silva  
Investigadora Contratada  
FLUP / CITCEM

1506, janeiro, 15 – Trevões

O bispo de Lamego, D. João Camelo de Madureira, confirma João Pinto como reitor da igreja de Santa Marinha de Real, por apresentação, *in solidum*, de Fernão Pinto, fidalgo da casa d'el rei.

Perg., 205x335 mm, gótica bastarda híbrida, bom estado, selo episcopal de cera verde, formato redondo, pendente de fita azul e cru, assente em suporte de madeira, bastante danificado.

[D]om Joham per mercee de Deus e da Sancta Egreja de Roma bispo de Lamego e do conselho d'el rey nosso senhor etc. A quantos esta nossa carta de comfirmaçam virem saude em Jhesuu (sic) Christo Nosso Senhor. Fazemos saber que sendo ora vaga novamente a igreja de Sancta Marinha de Riall per morte naturall de Vasqu'Eanes ultimo e immediato abade e possoydor que della foy, nos a apresentaçam in solidum do muito honrado senhor Fernam Pinto fidalgo da

casa d'el rey nosso senhor confirmamos em a dicta egreja a Joham Pinto clerigo de hordees meores que pera ello achamos ydoneo e pertencente. O qual estando em goelhos (*sic*) ante nos per inposiçam de nosso barrete que lhe sobre sua cabeça posemos lhe fezemos da dicta egreja provysam colaçam e canonica instituiçam e o ouvemos por verdadeiro abade e rector da dicta egreja cometendo lhe a cura e regimento della no spirituall e temporal compridamente e por quanto elle dicto Joham Pinto jurou em nossas mãaos de sempre ser obediente a nos e a nossos socessores canonycamente entrantes e que nossos mandados enteiramente compriraa e guardaraa e que nossos messegeiros begninamente (*sic*) recebera e todolos outros juramentos e clausulas contheudas no capitollo Ego N. de jure jurandum etc. Por esta presente mandamos a todollos fregueses caseyros e foreyros da dicta egreja que ajam ao dicto Joham Pinto por seu verdadeiro abade e rector e lhe acudam e façam acudir com todollas rendas dizimas primissyas foros novos direitos e dereyturas e cousas aa dicta egreja pertencentes o que asy lhe mandamos em vertude de obediencia e sob pena de excomunham e sob a dicta pena mandamos a quallquer clerigo de missa ou religioso tabeliam ou notairo do dicto nosso bispado que semdo requerido o vaa meter e meta em posse da dicta egreja reall corporall e auctuall per pam vinho dinheiros hornamentos e vestimentas e per todallas outras cousas ao tall aucto de posse necessarias e acostumadas dando lhe e mandando lhe dar dello huum e quantos estromentos de huum theor lhe forem necessarios pera sua guarda e segurança. Fecta em a nossa camara de Trovões sob nosso signall e sello em pendente a XV dias de Janeiro, Joham Soajo escriptvão da camara de sua senhoria a fez, de mill e quynhentos e seys annos.

(Assinado:) JOHANNES LAMACENSIS EPISCOPUS

(Selo pendente)

<sup>1</sup> Este algarismo é representado por um “U” cortado horizontalmente (⊕), cujo valor é mil.

<sup>2</sup> Este valor representa 500.

*(No lado externo da dobra, com escrita no sentido oposto ao documento, do lado esquerdo, a letra moderna:)* Confirmação do bispo de Lamego a João Pinto pera abbade de Real a apresentação en solido de Fernão Pinto. Anno de 1506.

*(No lado externo da dobra, com escrita no sentido oposto ao documento, do lado direito, a letra contemporânea do original:)* Apresentançam de 1<sup>1</sup>bC<sup>2</sup> VI anos.

*(Ainda mais à direita, também no lado externo da dobra, a letra moderna:)* de mill he quinhentos he seis anos.

No verso:

O mau estado de conservação impede a leitura do documento na integra. No entanto, é possível perceber que se trata de uma carta de posse, e tendo em conta o reto do documento, muito provavelmente da posse de João Pinto da igreja de Santa Marinha de Real. O documento está datado de 1506, janeiro, 22 (?), e tem sinal notarial do tabelião Pedro Álvares (?).



# UMA CARTA DE COLAÇÃO DE CLÉRIGO DE 1506 / ESTUDO PALEOGRÁFICO

Maria João Oliveira e Silva

Investigadora Contratada  
FLUP / CITCEM

<sup>1</sup> SANTOS, Maria José Azevedo – *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri – FLUC, 2000, p.80.

<sup>2</sup> Sobre todos estes termos e outros sinónimos veja-se GASNAULT, Pierre – “Les supports et les instruments de l'écriture à l'époque médiévale”, in *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen age. Actes de la table ronde Paris 24-26 septembre 1987*, ed. Olga Weijers. Turnhout: Brepols, 1989, p.20-33.

<sup>3</sup> Sobre a origem, modo de preparação, variedades e conservação do pergaminho veja-se, por todos, SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: FCG / JNICT, 1994, p.12-31.

<sup>4</sup> SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina...*, p.23.

“A tríade, pergaminho, pena e tintas, era a base material em que assentava o edifício da escrita na Idade Media”<sup>1</sup>. O uso destes três materiais remonta à Antiguidade clássica, altura em que surgem as primeiras referências a membrana ou *pergamenum*, *penna* ou *penna scriptoria*, *atramentum* ou *incaustum*<sup>2</sup>. Mas será a partir do período medieval, e acompanhando a difusão paulatina da escrita, que esta tríade dominará em todas as escriturinhas e permitirá conhecer os seus hábitos e o seu *modus faciendi*. Por essa razão, procuramos analisar os materiais-suportes de escrita utilizados na carta de colação de D. João Camelo de Madureira.

A matéria subjetiva que serviu de material-suporte à colação de 1506 foi o pergaminho<sup>3</sup>. Apesar de ser difícil, a olho nu, distinguir a disposição e a morfologia dos folículos de modo a identificar a variedade de pele em causa, a observação da cor dos lados interno (lado da carne) e externo (lado do pêlo) permite apontar para um determinado animal. No caso concreto em análise, o pergaminho é, com fortes probabilidades, de gado ovino (carneiro ou ovelha), cujo uso, a par das peles de gado caprino, foi o mais comum em Portugal<sup>4</sup>. Em relação à sua

espessura, verificou-se que, em termos médios, tem 20 décimas de milímetro o que o coloca no grau médio de grossura<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Seguiu-se a escala utilizada por SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina...*, p.24.

Este pergaminho tem ainda a particularidade de ser um opistógrafo, ou seja, de ter sido escrito em ambos os lados: do lado da carne (hipoderme) encontra-se a carta de instituição, e do lado do pêlo (epiderme) a carta de posse. Este último lado é mais rugoso e poroso pelo que se adequa menos à escrita. O pergaminho em estudo revela, precisamente, esta menor adequação da epiderme como suporte de escrita, a qual associada ao uso de uma tinta castanha clara e ao desgaste natural provocado pelo tempo, traduz-se na dificuldade acrescida de leitura do texto. O aproveitamento de ambos os lados do suporte de escrita prendeu-se, muitas das vezes, com a necessidade de gerir e aproveitar o material disponível. Neste caso, e para além dessa situação, é possível que fosse do interesse do reitor instituído (João Pinto) ter num único pergaminho os dois documentos fundamentais ao exercício das suas funções: a carta de colação episcopal e a carta de posse notarial.

De facto, é visível a diferença entre as tintas utilizadas nos dois lados do pergaminho: no lado da carne a tinta é castanha escura e no lado do pêlo é castanha clara. Não tendo sido possível proceder à análise química do *incaustum*, acreditamos que estamos perante uma tinta do tipo metalo-gálico, sendo este o mais utilizado na

<sup>6</sup> Sobre todas estas questões veja-se SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina...*, p.44-58; GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p.176-177 e 185.

<sup>7</sup> Veja-se SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral e chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, p.218-221.

<sup>8</sup> Sobre os tipos de regramento e instrumentos usados nesse processo veja-se, por todos, GUERRA, António Joaquim Ribeiro – *Os diplomas privados em Portugal...*, p.123-161.

documentação medieval portuguesa<sup>6</sup>.

Apesar de sabermos que a qualidade do material-suporte de escrita, da pena e da tinta têm influência no aspeto final de um documento, a verdade é que o mesmo estaria, em muito, dependente de alguns comportamentos gráficos dos escreventes. A análise desses comportamentos, a par do estudo de elementos como o do tipo de letra, permitiu conhecer melhor o “artesão” por detrás da carta de instituição de clérigo em estudo.

Em primeiro lugar focou-se a atenção no formato do documento, uma vez que o sentido de orientação das linhas de escrita ajuda a compreender tanto a normativa e a tradição da oficina de escrita, como também revela o grau de apuramento do discurso diplomático. O exemplar em análise possui o forma externa de “chartae non transversae” ou “rectae”, ou seja, a direção da escrita é paralela aos lados maiores do suporte, seguindo uma tendência verificada noutros *scriptoria* a partir de meados do século XIV<sup>7</sup>.

Outro elemento relevante prende-se com a prática de regramento e de distribuição da mancha gráfica. Constatou-se que o pergaminho não foi pautado nem se marcaram os limites das margens. No entanto, a mancha gráfica<sup>8</sup> manteve um aspeto relativamente regular e harmonioso, em grande medida devido ao facto de

ser constante o espaço entre as 18 linhas de escrita que o compõem (cerca de 0,6 cm). Esta uniformidade apenas foi quebrada pela ultrapassagem do limite médio de escrita em algumas das linhas, especialmente na primeira, na segunda, na terceira e na décima segunda. Nestes casos, a distância entre a escrita e a margem do documento viu-se encurtada, mas, em média, esse valor fixou-se nos 3 cm nas laterais, e 3,5 cm na margem superior. Na parte inferior do pergaminho o espaço deixado em branco foi maior (cerca de 6,7 cm), mas não o suficiente para impedir que a subscrição autógrafa do bispo ficasse praticamente tapada pela dobragem do suporte para aposição do selo. Como é visível, pela irregularidade das margens, o pergaminho não foi aparado.

Ao contrário do que era a prática comum, esta carta episcopal não tem anotações dorsais. Esta situação relaciona-se diretamente com o facto de se tratar de um opistógrafo. Por essa razão, as três anotações posteriores existentes encontram-se todas no reto do documento no único espaço disponível: a dobra do pergaminho feita para aposição do selo. Essas notas referem-se ao conteúdo e datação da carta de colação e foram feitas em três períodos cronológicos distintos. Esta constatação permite concluir que este documento não ficou “petrificado” no tempo, tendo sido consultado e anotado por mãos datáveis de cronologias diversas, eventualmente em momentos de mudança de posse da sua guarda.

Analisado o suporte, o formato, os comportamentos gráficos e as intervenções posteriores da carta de instituição de clérigo de D. João de Madureira, focamos a atenção na escrita. Com efeito, a análise paleográfica deste documento permitiu concluir que foi escrito em letra gótica bastarda híbrida, isto é, numa grafia predominantemente bastarda (ou mista francesa) com elementos de tradição da gótica cursiva da Península Ibérica. Caracterizada como “última forma caligráfica da Idade Média”, a escrita bastarda serviu de “ponte” entre as góticas cursiva e textual, e foi o resultado de uma estilização da escrita originária em

<sup>9</sup> Sobre este modelo gráfico veja-se BATELLI, Giulio - *Lezioni di Paleografia*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 4ª ed., 2002, p.214-215; BISCHOFF, Bernhard - *Latin Palaeography. Antiquity and the Middle Ages*. Trad. Dáibhí Ó Cróinín e David Ganz. Cambridge: University Press, 2006, p.143.

França, entre a segunda metade do século XIV e os inícios do século XV, e que se espalhou por toda a Europa Ocidental<sup>9</sup>. De facto, este modelo gráfico caracteriza-se pela sua inclinação à direita, com preferência por traços angulosos (e não curvos) em letras como o “m”, o “n”, o “i” e o “u”; pelos traços de ligação feitos de baixo para cima; pela presença de alguns “s” finais que descem da linha de escrita e terminam de forma pontiaguda; pelo uso de dois traços em algumas letras maiúsculas. Por outro lado, incorpora elementos de tradição gótica cursiva peninsulares, nomeadamente no traçado menos anguloso de algumas letras; nas hastes superiores não marcadamente triangulares, mas mais arredondadas e em laço (como no caso do “d” e do “b”); na presença de alguns traços envolventes dextro-rotatórios (de que é exemplo o “q”); na existência de “s” em forma de sigma e de “h” que se assemelham a um “8”. Desta análise se conclui, portanto, que este documento contém os principais elementos da variante de gótica bastarda que se formou, e posteriormente se consolidou, na Península Ibérica a partir da segunda metade do século XV.



# UMA CARTA DE COLAÇÃO DE CLÉRIGO DE 1506 / ESTUDO DIPLOMÁTICO

Maria João Oliveira e Silva

Investigadora Contratada  
FLUP / CITCEM

<sup>1</sup> Sobre as cartas de colação medievais das dioceses do Porto, de Coimbra e de Lamego e respetiva comparação formular, veja-se SILVA, Maria João Oliveira e – “Reconstructing formularies: the charters of the episcopal chancery of Porto in the Middle Ages”, in *Les formulaires: compilation et circulation des modèles d'actes dans l'Europe médiévale et moderne. XIIIe Congrès de la Commission Internationale de Diplomatie* (Paris, 3-4 Septembre 2012), ed. Olivier Guyotjeannin, Laurent Morelle, Silio P. Scalfati, cool. Marie Bláhová. Praga: Université Charles / Éditions Karolinum, 2018, p.283-294.

A carta do bispo D. João Camelo de Madureira, de 15 de janeiro de 1506, na qual institui João Pinto como reitor da igreja de Santa Marinha de Real, por apresentação, *in solidum*, de Fernão Pinto, fidalgo da casa d'el rei, enquadra-se numa longa tradição documental. Com efeito, conhecem-se cartas de instituição de clérigo, ou cartas de colação de reitoria, para várias dioceses portuguesas, desde meados do século XIII<sup>1</sup>. A elaboração destes documentos respeitava determinadas regras formulars, ou seja, para que fossem juridicamente válidos teriam que integrar certas fórmulas ou cláusulas. Para além dessas fórmulas essenciais, o discurso diplomático destas cartas poderia ainda conter outras cláusulas não essenciais. Mas para que o instrumento estivesse completo, faltava-lhe ser devidamente validado, para posteriormente ser promulgado e expedido. A escolha das formas de validação de cada tipo de documento não era feita ao acaso, devendo responder às exigências que lhe eram inerentes. Por essa razão, para além da análise das fórmulas, é importante conhecer a forma como se validaram as cartas de instituição de clérigo de modo a reconstruir o *modus faciendi* deste género documental.

No caso específico da carta de colação de D. João Camelo de Madureira, o formulário inicia com a subscrição, isto é, com uma cláusula essencial do discurso diplomático que se define como sendo o elemento que dá a conhecer o nome do autor do documento e a sua intitulação<sup>2</sup>. Quanto à intitulação, é a fórmula onde se apresentam os títulos e as qualidades (reais ou pretendidas) do autor do ato escrito, eventualmente acrescidos de uma indicação sobre a origem ou a natureza do poder exercido, assim como de uma fórmula de devoção. Através desta última era apresentado o fundamento divino do cargo exercido pelo autor do documento e a ligação originária e profunda entre o direito, em particular o de soberania, com o sagrado. A carta de 1506 em análise possui estes três elementos: a subscrição *Dom Joham*, que se intitula *bispo de Lamego e do conselho d'el rey nosso senhor* (referindo-se ao rei D. Manuel), encontrando-se, entre estas duas partes do texto, a fórmula devocional *per mercee de Deus e da Sancta Egreja de Roma*<sup>3</sup>. Segue-se, no documento, uma cláusula obrigatória definida como endereço ou inscrição. Neste elemento, que radica nas epístolas da Antiguidade, são indicados o nome e, eventualmente, os títulos e qualidades da(s) pessoa(s) a quem o ato se dirige, seja enquanto beneficiário, executor ou para simples informação. O destinatário pode ser universal ou particular, dirigindo-se, neste caso, a uma pessoa ou a uma comunidade. A carta de colação em análise possui um endereço particular coletivo genérico: *A quantos*, estando aqui

<sup>2</sup> Sobre a definição desta e de todas as restantes fórmulas apresentadas veja-se: *Vocabulaire International de la Diplomatie*. Ed. M<sup>a</sup> Milagros Cárcel Ortí, Valencia: Universitat de València, 1994; GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benôit-Michel – *Diplomatie Médiévale*. Turnhout: Brepols, 1993, p.71-85; CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Galiza: Editorial Toxosoutos, 2005, p.305-360; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG / FCT, 2010, p.479-547; SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral. A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, p.113-155.

<sup>3</sup> Sobre o episcopado de D. João Camelo de Madureira veja-se COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. III: *Renascimento I*. Lamego: [s.n.], 1982, p.11-14; PAIVA, José Pedro – “O episcopado lamecense desde D. João Madureira (1502) a D. Miguel de Portugal (1644)”, in *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*, coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, p.81-103; FLOR, Pedro – “Do romano ao ouro bornido: a arte na Sé de Lamego entre o Renascimento e o Barroco”, in *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*, coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva. Lisboa: CEHR-UCP, 2013, p.105-140.

implícita, como destinatária principal, a comunidade de paroquianos da igreja de Santa Marinha de Real. Associada a esta fórmula, aparece a notificação, ou seja, uma cláusula não essencial através da qual se indica que o documento que se segue é dado a conhecer não só ao destinatário do mesmo (notificação pessoal) mas também a todos os que o lerem ou ouvirem ler: *A quantos esta nossa carta de confirmaçam virem*. Logo depois surge a saudação, uma fórmula secundária utilizada pelo autor do documento para exprimir ao destinatário a sua saudação ou os seus votos, no caso em concreto sob a forma: *saude em Jhesuu (sic) Christo Nosso Senhor*.

Depois destas fórmulas iniciais, encontra-se a parte do documento que contém, em concreto, o facto ou ato jurídico específico do instrumento. Por essa razão, apresenta dados e elementos de interesse histórico, político e social, mas também jurídico e diplomático. No caso da carta de instituição de clérigo em estudo, esta parte do documento começa com uma exposição, na qual se explicam as circunstâncias e as razões que levaram à elaboração do instrumento. A função desta cláusula é, assim, a de narrar os acontecimentos prévios que conduziram à execução do documento. Juridicamente não tem qualquer valor, e por isso não é uma cláusula essencial, mas auxilia o historiador a compreender melhor o contexto de produção do documento. Ficamos, por esta fórmula a saber que: *sendo ora vaga novamente a igreja de Sancta Marinha de Riall per morte naturall de Vasqu'Eanes ultimo e immediato abade e possoydor que della foy, nos a apresentacam in solidum do muito honrado senhor Fernam Pinto fidalgo da casa d'el rey nosso senhor, tendo sido apresentado João Pinto clerigo de hordees meores que pera ello achamos ydoneo e pertencente*. Esta exposição inclui vários elementos, a começar pela causa da nova colação, sendo referido que foi provocada pela morte do antigo reitor (Vasco Eanes) e não por renúncia do detentor do cargo ou permuta entre reitores, como também acontecia. Um dado importante aqui referido é o da indicação de quem detinha o direito de apresentação desta igreja, ou seja, quem possuía um “conjunto de privilégios, associados a determinadas obrigações, que a Igreja concedia aos

fundadores de igrejas, capelas ou benefícios”<sup>4</sup>, também designados por direitos de padroado. Neste caso o padroeiro era *in solidum* (por inteiro) Fernão Pinto que, como primogénito de Aires Pinto, herdara do pai o padroado da igreja de Santa Marinha de Real<sup>5</sup>. Dado o patronímico, é possível que João Pinto fosse familiar do padroeiro<sup>6</sup>, no entanto, a carta de colação é silenciosa a este respeito o que nos impede de confirmar essa eventual relação de parentesco.

Outro elemento apresentado na exposição é o que se refere à certificação da idoneidade do clérigo, através da expressão *ydoneo e pertencente*. No entanto, não deve deixar de se apontar para o facto de João Pinto possuir apenas ordens menores, ou seja, e na melhor das circunstâncias, seria subdiácono<sup>7</sup>. Por essa razão, João Pinto não poderia celebrar, confessar e administrar outros sacramentos necessitando, nessas situações, de um cura que o desonerasse das suas obrigações<sup>8</sup>. Mas como em outros casos, é possível que João Pinto, no decorrer das suas funções paroquiais, tivesse melhorado a sua preparação intelectual e académica de modo a poder ser investido nas ordens maiores.

É na expressão *confirmamos em a dicta egreja* que se encerra a disposição deste ato jurídico, sendo esta

<sup>4</sup> “Padroado”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 364-368.

<sup>5</sup> Aires Pinto foi o primeiro padroeiro da igreja de Real, freguesia na qual morou. Foi senhor da quinta e morgado de Crasto, escudeiro do conde de Barcelos D. Afonso (futuro 1º duque de Bragança). Seu filho, Fernão Pinto, herdeiro do morgado de Crasto e do padroado de Real, foi escudeiro fidalgo do rei D. Manuel e vedor da casa do infante D. Pedro. Era irmão de Catarina Pinto, abadessa do mosteiro de Tarouquela, e casou com Brites Lopes Andorinho (<https://geneall.net/pt/forum/2188/pintos-do-real/> e <https://geneall.net/pt/forum/5708/os-pinto/>).

<sup>6</sup> Sobre as relações familiares de João Pinto veja-se o que refere o artigo de Nuno Resende, nesta mesma publicação.

<sup>7</sup> Para uma breve definição destes conceitos veja-se: *Glossário de Cultura Católica. Termos ou conceitos*, coord. José Eduardo Franco. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010, p.27 e p.35.

<sup>8</sup> Sobre estas questões veja-se, por exemplo, MARQUES, José – “Sínodos bracarense e renovação pastoral”, in *Theologica*, 2ª série, 30-2 (1995), p.290-291.

<sup>9</sup> As Decretais de Gregório IX (*Decretales ou Liber Extra*) são uma compilação de direito canônico publicada em 1234. O *Liber Secundus*, em concreto, contém a legislação relativa aos processos criminais canônicos, nomeadamente no que se refere às testemunhas, provas, juramento de calúnia, dilações, apelações, etc. A versão latina deste *Liber* encontra-se publicada em *Corpus iuris canonici. Pars Secunda. Decretalium Collectiones*, ed. Aemilius Friedberg. Graz: Akademische Druck - U. Verlagsanstalt, 1959 (disponível em: [http://www.columbia.edu/cu/lweb/digital/collections/cul/texts/ldpd\\_6029936\\_002/pages/ldpd\\_6029936\\_002\\_00000007.html](http://www.columbia.edu/cu/lweb/digital/collections/cul/texts/ldpd_6029936_002/pages/ldpd_6029936_002_00000007.html)).

fórmula o “coração” do documento e, por essa razão, indispensável ao mesmo. O dispositivo inclui, ainda, a descrição da investidura: *O qual [João Pinto] estando em goelhos (sic) ante nos [bispo D. João] per inposiçam de nosso barrete que lhe sobre sua cabeça posemos lhe fazemos da dicta igreja provysam colaçam e canonica instituiçam e o ouvemos por verdadeiro abade e rector da dicta igreja cometendo lhe a cura e regimento della no spirituall e temporal compridamente.* Através desta descrição, semelhante a muitas outras encontradas em cartas de colação ao longo da Idade Média, ficamos a saber que João Pinto, clérigo apresentado, se ajoelha perante o prelado lamecense que, com a aposição do seu barrete, símbolo de poder na investidura eclesiástica, o institui como reitor de Santa Marinha de Real. Para além disso, investe-o da cura das questões espirituais e da administração das temporais.

Esta carta inclui, ainda, uma série de cláusulas anexas ao dispositivo, antes de mais aquela que explicita o juramento de obediência do reitor instituído perante o(s) bispo(s) de Lamego: *e por quanto elle dicto Joham Pinto jurou em nossas mãaos de sempre ser obediente a nos e a nossos socessores canonicamente entrantes e que nossos mandados enteiramente compriraa e guardaraa e que nossos messegeiros beginamente (sic) recebera e todolos outros juramentos e clausulas contheudas no capitollo Ego N. de jure jurandum etc.* Neste excerto do texto faz-se referência ao título XXIV (*De Iureiurandum*) do *Liber Secundus* das Decretais do papa Gregório IX<sup>9</sup>. Seguem-se mais duas cláusulas apenas à *dispositio*: a primeira contém os deveres dos paroquianos, caseiros e foreiros da igreja de Real perante o reitor

empossado, e refere: *mandamos a todollos fregueses caseyros e foreyros da dicta igreja que ajam ao dicto Joham Pinto por seu verdadeiro abade e rector e lhe acudam e façam acudir com todollas rendas dizimas primissyas foros novos direitos e dereyturas e cousas aa dicta igreja pertencentes o que asy lhe mandamos em vertude de obediencia e sob pena de excomunham*. A segunda diz respeito ao dever de dar posse de todos os bens da igreja ao reitor confirmado, fosse por uma autoridade civil ou eclesiástica, assim como de redigir um ou vários documentos que comprovassem essa entrega de posse, indicando-se: *e sob a dicta pena mandamos a quallquer clerigo de missa ou religioso tabeliam ou notairo do dicto nosso bispado que sendo requerido o vaa meter e meta em posse da dicta igreja reall corporall e auctuall per pam vinho dinheiros hornamentos e vestimentas e per todallas outras cousas ao tall aucto de posse necessarias e acostumadas dando lhe e mandando lhe dar dello huum e quantos estromentos de huum theor lhe forem necessarios pera sua guarda e segurança*. Esta última obrigação foi cumprida e registada no verso da própria carta de colação. Com efeito, a 22 (?) de janeiro de 1506 foi feito um *estormento de pacyfyqua posse* por um tabelião público, que validou o documento com o seu sinal notarial<sup>10</sup>.

A última parte da carta de instituição de D. João Madureira inicia-se com a datação. Esta fórmula é composta por dois elementos: a data tópica (referente ao local em que o documento foi feito) e a data cronológica, referindo-se: *Fecta em a nossa camara de Trovões (...) a XV dias de Janeiro (...) de mill e quynhentos e seys anos*. O bispo

<sup>10</sup> Não foi possível identificar este tabelião por se encontrar muito sumida a tinta, o que impossibilitou a leitura de grande parte do documento e nos fez interrogar a data em que foi redigido.

<sup>11</sup> SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa - *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições, 2003, p.189. Sobre Trevões veja-se, ainda, RESENDE, Nuno - *A Igreja de Trevões: identidade e legado*. Trevões: Paróquia de Santa Marinha de Trevões, 2019; FAUVRELLE, Natália, SEQUEIRA, Carla - *Trevões - História e Património*. S. João da Pesqueira: Beira-Douro - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001.

<sup>12</sup> O próprio D. João de Madureira encontrava-se em Trevões em 1513 (COSTA, Manuel Gonçalves da - *op. cit.*, p.14).

<sup>13</sup> *Vocabulaire International de la Diplomatie*, nº260.

<sup>14</sup> Como afirma Manuel Gonçalves da Costa: “Não se salvou qualquer documento autógrafa que nos elucidasse sobre o modo como ele [D. João de Madureira] se assinava” (COSTA, Manuel Gonçalves da - *op. cit.*, p.11).

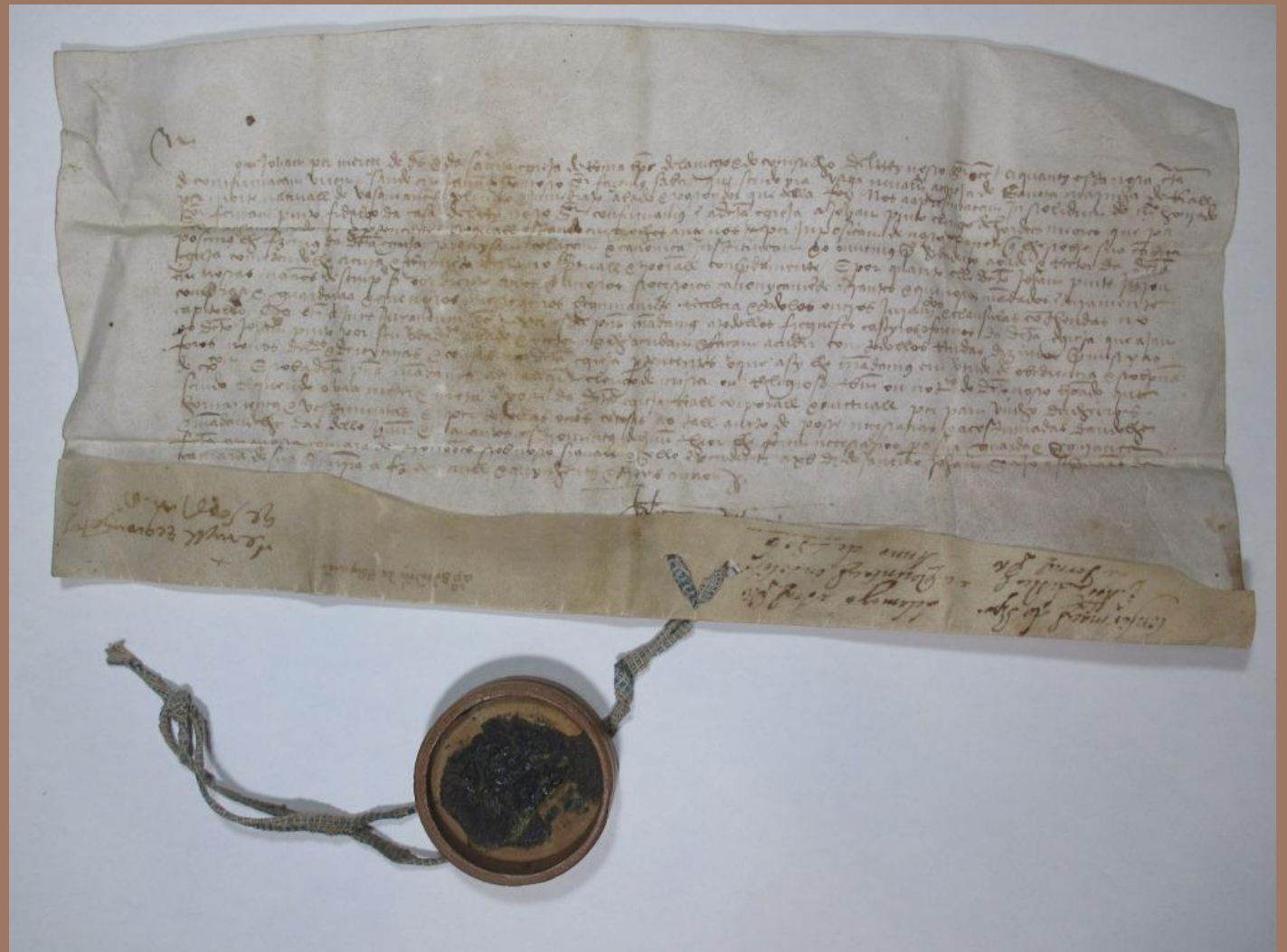
de Lamego encontrava-se, nos inícios do ano de 1506, na sua câmara episcopal de Trevões, a qual se situava numa das áreas “de principal incidência dos seus coutos e domínios, maioritariamente localizados a Nascente de Lamego”<sup>11</sup>. Intercalada entre os elementos da datação aparece a corroboração, isto é, uma fórmula não essencial, pela qual se apresenta a ordem para passar a escrito, dada pela autoridade responsável, e se anunciam os sinais de validação que conferem validade e autenticidade ao documento. No caso em estudo, esta fórmula fica expressa através da forma: *sob nosso signall e sello em pendente*. Com efeito, a validação deste documento fez-se, somente, através da subscrição autógrafa do bispo D. João e do seu selo pendente. Esta carta não foi subscrita pelo respetivo autor material, o qual é identificado pela expressão: *Joham Soajo escriptvãõ da camara de sua senhoria a fez*. Da intitulação de João Soajo se conclui que estava ao serviço do bispo na câmara de Trevões, o que se justifica pela frequente permanência dos prelados lamecenses nesse paço episcopal<sup>12</sup>.

Em relação ao selo pendente, remetemos a sua análise para o respetivo estudo sigilográfico. Quanto à subscrição episcopal, e como era frequente, contém apenas o nome próprio do prelado (*Johannes*) seguido da sua intitulação (*Lamacensis Episcopus*). A estes dois elementos somam-se alguns traços ornamentais, designados por *paraphe*, cuja função é dificultar a falsificação da assinatura<sup>13</sup>. Esta “marca pessoal” torna-se tanto mais importante quanto até agora, e do que foi possível apurar, se desconhecia a assinatura autógrafa de D. João Camelo de Madureira<sup>14</sup>.

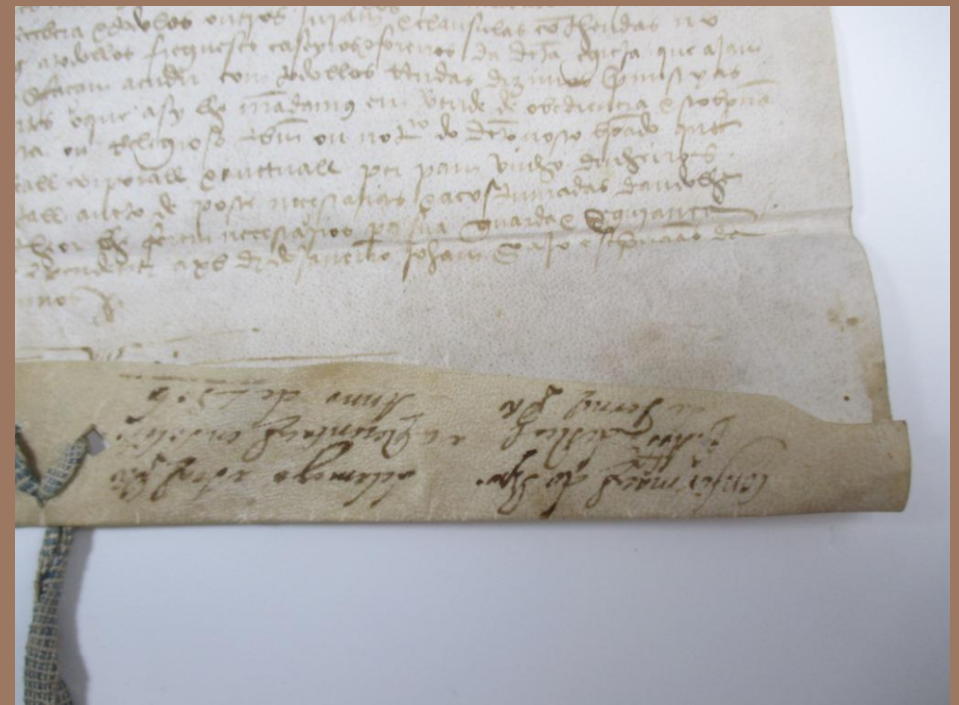
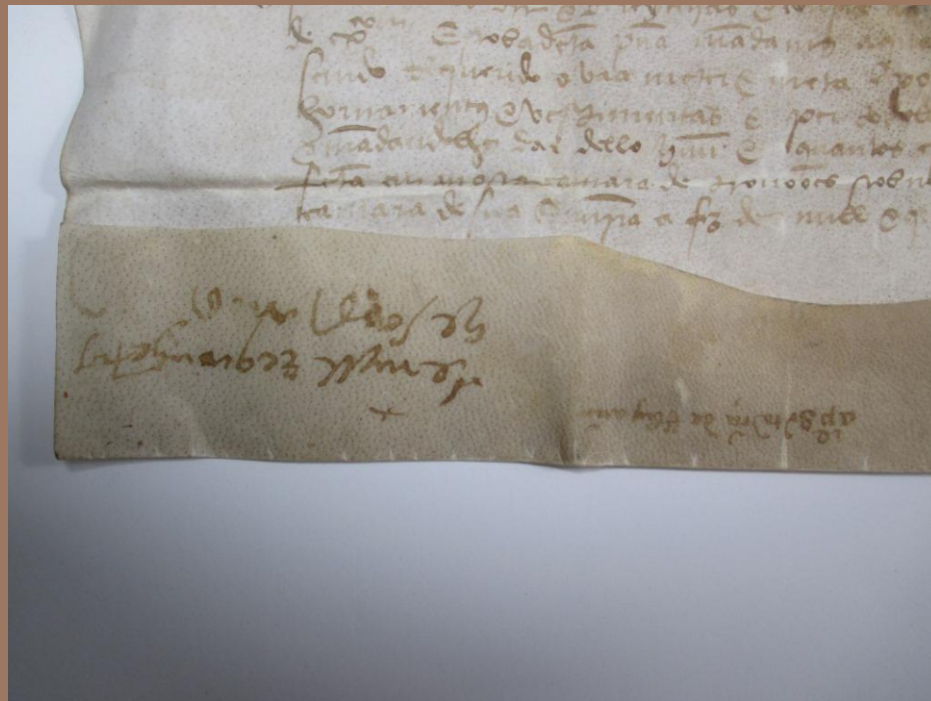
# ÁLBUM de IMAGENS

CARTA DE D. JOÃO CAMELO / 1506

---



- IMAGEM 1 -  
Pergaminho (frente).

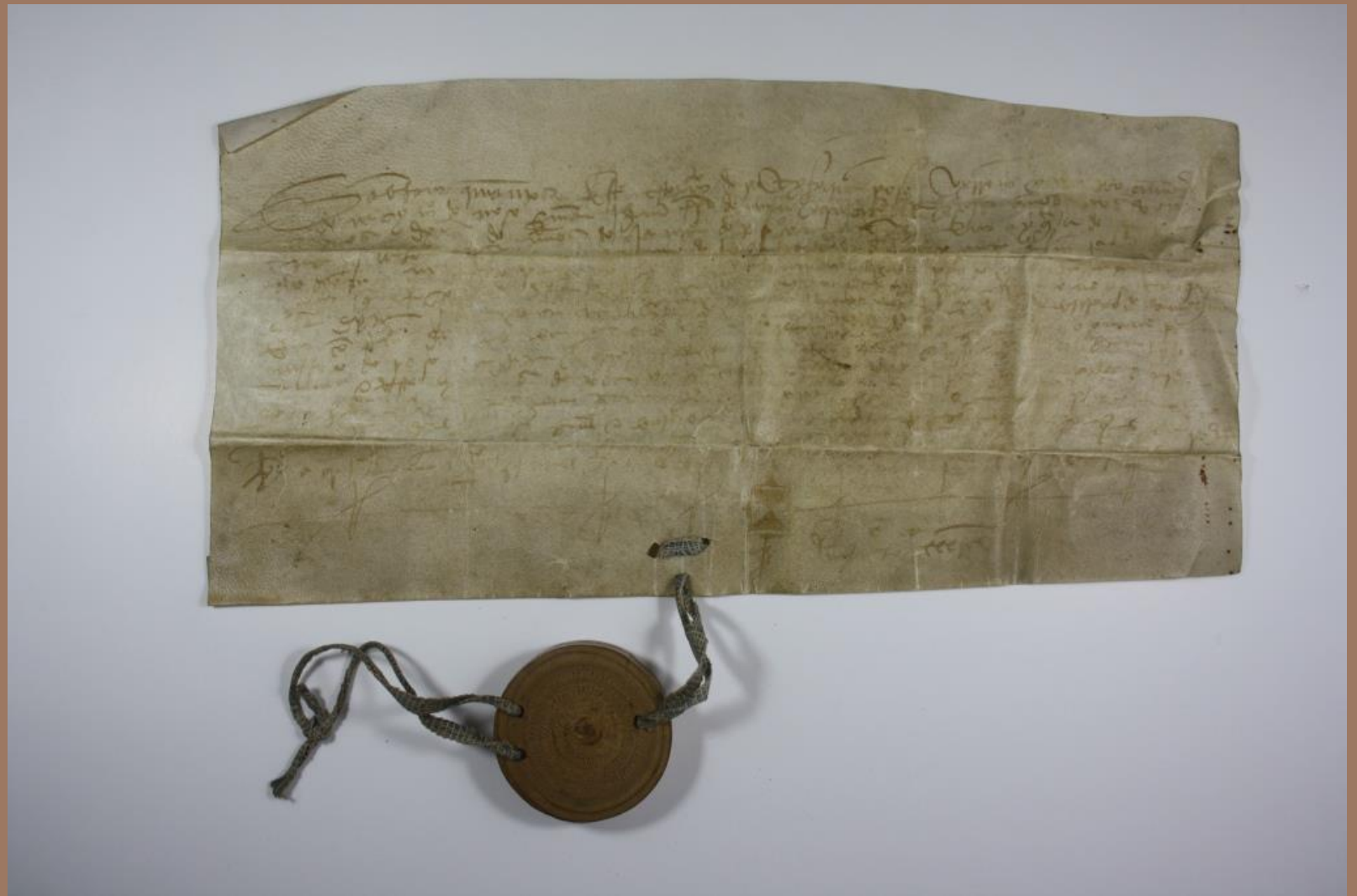


- IMAGEM 2 -

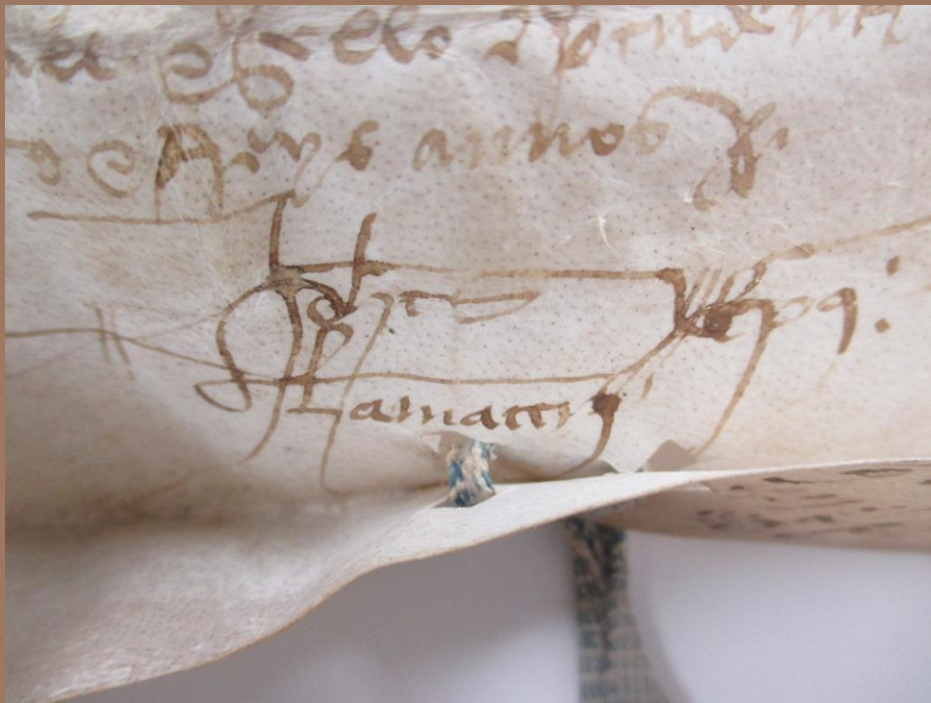
Pergaminho - lado externo da dobra, à esquerda.

- IMAGEM 3 -

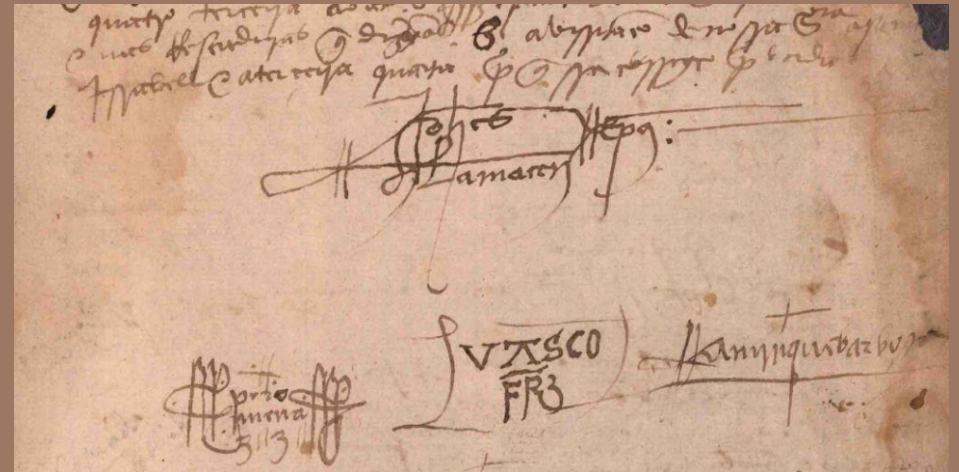
Pergaminho - lado externo da dobra, à direita.



- IMAGEM 4 -  
Pergaminho (verso).



- IMAGEM 5 -  
Assinatura ou subscrição episcopal.



- IMAGEM 6 -  
Assinatura de D. João Camelo e de outros, nomeadamente Vasco Fernandes,  
no contrato para a obra do retábulo da capela mor da sé de Lamego.  
ANTT, Cabido da Sé de Lamego, Notas de escrituras, liv. 172, fl. 57.



- IMAGEM 7 -  
Selo - fotografia com cores originais.

- IMAGEM 8 -  
Selo fotografia manipulada em escala de cinzentos.



- IMAGEM 9 -  
Proposta de F. Laranjo para as armas de D. João Camelo, com base na referência de Alão de Morais e da representação no Painel da Circuncisão (LARANJO, F. C., 1977).

- IMAGEM 10 -  
Escudo de armas representado na pintura da Circuncisão, do políptico de Vasco Fernandes para a sé de Lamego.



- IMAGEM 11-

Representação de retábulo e lugar do escudo de armas na pintura da Circuncisão.



- IMAGEM 12 -  
Retrato de D. João Camelo, na pintura da Circuncisão.

- IMAGEM 13 -  
Representação de bispo que acompanha Simeão, na pintura da Circuncisão.

### CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Imagens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8  
© Nuno Resende

Imagem 6  
© ANTT, Cabido da Sé de Lamego, Notas de escrituras, liv. 172, fl. 57.

Imagem 9  
© LARANJO, F. J. Cordeiro - «Escudos de armas dos bispos de Lamego». Beira Alta. Vol. 36, n.º 1, 1977.

Imagens 10, 11, 12 e 13  
© Museu de Lamego | DRCN

---



# O SELO PENDENTE

Maria do Rosário Barbosa Morujão  
Universidade de Coimbra/CHSC

O documento pelo qual o bispo de Lamego D. João Camelo confirma João Pinto como reitor da igreja de Santa Marinha de Real foi autenticado com o selo pendente do prelado.

A fragilidade dos selos de cera, assim como a sua importância enquanto processo de validação documental, conduziu a que desde cedo se procurasse protegê-los. Um dos processos a que se recorreu desde as décadas finais da Idade Média e que se tornou especialmente comum nos séculos modernos consistia em verter a cera dentro de pequenas caixas de madeira ou de metal.

No presente caso, usou-se um cocho redondo, com 55 mm de diâmetro, cujo espaço interior permitia imprimir um selo com um diâmetro máximo de 48 mm. No entanto, a impressão não ocuparia todo o espaço disponível, sobrando 3 a 4 mm na parte inferior, o que aponta para 45 ou 46 mm de diâmetro do selo propriamente dito, o que corresponde às dimensões médias dos selos episcopais da época que conhecemos.

Infelizmente, o recurso aos cochos não se mostrou eficaz, antes pelo contrário. A camada de cera usada para gravar a matriz sigilar era muito fina, podendo fracturar-se com facilidade. Além disso, tendia a soltar-se da madeira ou do metal, e se o cocho perdia a tampa, como sucedeu na maioria dos casos, a impressão ou partes dela acabaram por cair. Infelizmente, são muitos os cochos vazios que existem nos nossos arquivos, testemunhando a aposição de selos desaparecidos.

O selo que autentica este documento logrou sobreviver, embora em mau estado. Apresenta extensas falhas, quer no campo, correspondente à parte central, quer na legenda que o circunda, de que só resta uma pequena parte. A cera é verde, cor que, não sendo das mais habituais, era ainda assim escolhida com alguma frequência pelos preladados portugueses. A legenda foi escrita com letras maiúsculas de tipo romano, próprias do período renascentista que então se vivia. Os maiúsculos encontram-se invertidos, erro muito comum tanto nas legendas dos selos como em todas as outras gravações em metal que, para ficarem na posição certa ao serem impressas, tinham de ser inscritas ao contrário na matriz. Apenas uma parte da legenda é legível: ... .. INA : MISERATION... ..SIS. Tendo em conta as fórmulas habituais usadas pelos bispos nos seus selos, podemos reconstitui-la com algum grau de certeza desta forma: [SIGILLVM JOHANNIS DIV]INA MISERATIO[NE EPISCOPI LAMACE]NSIS (entre parênteses rectos estão as partes reconstituídas e em minúsculas, entre parênteses curvos, as letras abreviadas), ou seja, “selo de João pela compaixão divina bispo de Lamego”.

O conhecimento profundo dos gostos artísticos do seu tempo que D. João Camelo demonstrou na encomenda a Vasco Fernandes do retábulo para a Sé de

Lamego está patente também no formato do selo que escolheu. Depois de, durante séculos, se ter verificado um claro predomínio dos selos episcopais com formato em dupla ogiva, o século XV assistiu à adopção crescente de selos circulares, que nos inícios do séc. XVI se encontravam já difundidos por todas as dioceses. A mudança de formato correspondia a uma alteração na iconografia sigilar: em lugar da figura do prelado de pé, que fora a mais comum até à segunda metade do séc. XIII, ou do campo dividido em vários planos com cenas de carácter hagiográfico e uma estrutura retabular, a partir das últimas décadas de Duzentos, a preferência era agora de representações heráldicas ou hagiográficas num único plano. As iconografias anteriores adaptavam-se melhor ao formato ogival; já o selo redondo era mais adequado às que nesta época surgiram.

É difícil, a partir deste único exemplar em tão mau estado, saber qual a iconografia escolhida pelo bispo de Lamego. Não conhecemos os selos que D. João usou quando foi prior do mosteiro de Grijó, nem na qualidade de bispo de Silves, a diocese a que presidiu antes de ser transferido para Lamego, e que nos poderiam dar uma ideia das suas preferências, já que era habitual manter os mesmos elementos nas várias matrizes que uma pessoa utilizava ao longo da vida. Sabemos, porém, quais foram as armas que adoptou: dois braços com as mãos unidas encimados por uma cruz que constam do painel da Circuncisão que fazia parte do retábulo encomendado a Grão Vasco pelo bispo. Tais armas, que não correspondem às da sua família, teriam sido criadas na sequência de um episódio relatado por Garcia de Resende na sua crónica dedicada a D. João II, a quem D. João Camelo, então bispo de Silves, assistiu nos últimos dias de vida, e que lhe dera a mão e pedira para o prelado se emendar, já que o rei sabia que ele não cumpria com o rigor devido algumas das suas obrigações eclesiásticas. Este momento e a

promessa feita ao rei moribundo de passar a ter um comportamento exemplar teriam marcado tão profundamente D. João que inspirariam as armas que escolheu usar, num tempo em que a heráldica se encontrava em plena pujança.

Observando o selo com o conhecimento destas armas e de como era usual, na época, os bispos possuírem selos heráldicos, parece-nos possível distinguir alguns elementos representados, apesar do seu mau estado. Na parte central consegue-se ver o que poderá ser a parte superior de uma cruz e o seu braço direito, ambos com extremidades florenciadas. Vislumbra-se, também, o que talvez sejam duas mãos unidas a segurar a parte inferior da cruz. Vê-se razoavelmente bem, em contrapartida, a decoração com elementos vegetalistas que preenche o fundo do selo, e que era bastante habitual na época, surgindo, por exemplo, no selo heráldico do arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, o célebre Cardeal Alpedrinha, contemporâneo de D. João<sup>1</sup>.

Concluindo a análise do selo, não esqueçamos a suspensão que o prende ao pergaminho. Trata-se de uma fita tecida com fio azul e cru, semelhante a muitas outras usadas para o mesmo fim desde o século XIII e que

<sup>1</sup> ANTT, Colegiada de Sta. Marinha de Outeiro, m. 5, n.º 183, de 18 de Janeiro de 1471.

esperam um estudo que ainda não foi sequer iniciado. Na verdade, são testemunhos preciosos da produção têxtil medieval e moderna, com a vantagem não despicienda de terem sido apostos a documentos que, por via de regra, e como este, têm uma data precisa.



# D. JOÃO CAMELO, BISPO DE LAMEGO

Nuno Resende

Universidade do Porto/CITCEM

<sup>1</sup> Costa, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Lamego: [Diocese de Lamego], 1982, p. 11.

<sup>2</sup> Costa, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Lamego: [Diocese de Lamego], 1977, pp. 237-239.

<sup>3</sup> Idem, *ibid.*, 1982, p. 11. O nome historiográfico utilizado tem sido o de João Camelo de Madureira, mas como se verá pelo presente estudo, é preferível que se use o nome mais comum documentado enquanto prelado: João Camelo. De facto a ligação aos Madureiras, conquanto se verifique familiarmente, não está comprovada. Antes de ascender às cátedras de Silves e Lamego o apelido de D. João era Álvares.

No episcopologio lamecense, D. João Camelo (1502-1513) sucede a D. Fernando Coutinho (1492-1502), homem da alta nobreza portuguesa e embaixador de D. João II ao Papa Alexandre VI. Formado em Florença, D. Fernando trouxe certamente consigo novas do espírito humanista em difusão pela Europa, muito embora M. Gonçalves da Costa, o principal historiador diocesano, o indique como o último bispo da medievalidade de Lamego<sup>1</sup>. Faleceu em Silves, no decurso da sua segunda e última prelatura, para onde passou, por beneplácito régio, em 1502<sup>2</sup>.

Sobre D. João Camelo poucas notícias se conhecem, ao contrário do seu antecessor, quer seja sobre a filiação, quer quanto ao seu *cursus honorum* e mesmo acerca dos seus apelidos: Camelo da Silva, Camelo Madureira, ou apenas Camelo? «Não se salvou qualquer documento autógráfo que nos elucidasse sobre o modo como assinava»<sup>3</sup>, escreveu M. Gonçalves da Costa, em 1982.

Conhecido por ter encomendado uma das obras de maior envergadura na pintura portuguesa da época moderna, o políptico da capela-mor da sé de Lamego, para além das escrituras respeitantes a tal obra<sup>4</sup>, que foram dadas à estampa em 1924, a historiografia da arte<sup>5</sup> pouco nos esclarece sobre a sua origem geográfica e familiar e quanto ao percurso anterior à sua ordenação episcopal como bispo de Silves, em 1486. Mas, é a referência que lhe é dedicada ainda durante esta prelatura que nos permite traçar algumas linhas do seu perfil. Trata-se da extensa nota que lhe dedica Garcia de Resende, na «Chronica dos valerosos e insignes feitos Del Rey Dom Joao II», onde o cronista descreve o encontro e diálogo entre o monarca, moribundo, e o prelado:

«O bispo do Algarve Dom Joam Camelo que com elle estava sendo muyto bom homem, muy liberal e gastador era avido por mao clerigo e nunca dizia missa nem entendia en officios divinos, e el-rey o tinha disso reprehendido algũas vezes e era delle por yssso descontente; e estando nesta derradeira hora lhe disse: "Bispo, eu vou muy carregado de vós; por amor de mi vivey daqui avante bem e a serviço de Deos e dai-me vossa fee de o fazerdes assi"; e ho bispo lha deu, e elle lhe tomou a mão de ho cumprir»<sup>6</sup>.

Na obra de genealogia *Pedatura Lusitana*, trabalho setecentista do portuense Alão de Moraes, faz-se alusão ao momento, provavelmente ocorrido em Outubro de 1495, acrescentando-se:

<sup>4</sup> Correia, Vergílio - *Vasco Fernandes: mestre do retábulo da sé de Lamego*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

<sup>5</sup> Seria inglório e desadequado para este trabalho fazer uma revisão da literatura que sobre Grão Vasco e, nomeadamente, a obra de Lamego tem sido escrito. Ressalvamos, apenas, dois trabalhos recentes: Rodrigues, Dalila - *Grão Vasco*. Lisboa: Aletheia Editores, 2007, e Ribeiro, Agostinho, coord. - *Além de Grão Vasco. Do Douro ao Mondego: a Pintura entre o Renascimento e a Contrarreforma*. Viseu: MGV/MNNA, 2016.

<sup>6</sup> REZENDE, Garcia de - *Chronica Dos Valerosos E Insignes Feitos Del Rey Dom Joao II*. Lisboa: Por Antonio Alvarez Impressor, 1662, p. 127.

<sup>7</sup> Cf. MORAIS, Cristóvão Alão de; VASCONCELOS, A.A.P.M.; CRUZ, A.; FREITAS, E.A.C., publ. de - *Pedatura Lusitana*. [Porto]: Livraria Fernando Machado, 1673 [ed. 1948], tomo IV, vol. 1, p. 297. F. Laranjo apresentou uma maqueta das armas que reproduzimos aqui, cf LARANJO, F. J. Cordeiro - «Escudos de armas dos bispos de Lamego». *Beira Alta*. Vol. 36, n.º 1 (1977), pp 109-144.

<sup>8</sup> Idem, *ibid.*, p. 297. Felgueiras Gaio afirma que Catarina Álvares era filha do Prior de Grijó e este irmão de D. João Camelo «Bispo de Lamego que já o tinha sido do Algarve e Silves», cf. GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa - *Nobiliário de famílias de Portugal* [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, título de MADUREIRAS §1, N3.

«E promettendolho assi cõ as mãos dadas, vindo despois a ser Bpo. de Lamego tomou por empreza um escudo branco e vermelho cruz de ouro, E cõ ella os dous braços delRei e seu cõ as maos dadas no fundo do escudo huas com chamas ardendo, alludindo a fé q dera a ElRei de se emendar dali em diante E o fez de Modo q foi hu dos graves Prelados daquela Igr.a q enriqueceo cõ edificios retabolos, vidraças E outras obras em q pos a d.a empresa»<sup>7</sup>.

Esta importante informação o autor da *Pedatura* inclui-a na origem genealógica do bispo, os «Camellos de Vilar do Paraíso». Vilar do Paraíso é uma povoação no actual município de Gaia, quase à vista do Porto e não muito distante de Grijó<sup>8</sup>, com cujo mosteiro Alão de Moraes relaciona a família de D. João Camelo, dizendo-o filho de um dos seus priores.

De facto, em nota ao texto acima transcrito, refere-se que D. João Camelo («dizem») era irmão de Isabel Álvares, mulher de Fernão de Novais, e de Catarina de Madureira, mulher de Rui Pereira, «senhor de Fermedo», e de Catarina Álvares (sic), mulher de Luís Álvares Madureira, todos filhos de D. João Álvares de Madureira, prior de Grijó. A confusa indicação dos parentescos não contradiz a presença documentada destes indivíduos e dos seus apelidos entre os do patriciado quinhentista do Porto, como bem notou Pedro de Brito.

Este historiador das elites portuenses, embora considere pouco claras as relações familiares propostas na Pedatura, tomou-as para a elaboração da sua genealogia sobre os Madureiras, uma das mais poderosas famílias da região do Porto e Douro, com alguns dos seus membros ligados à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, como intervenientes seculares e religiosos nos conventos de Grijó e Ancede<sup>9</sup>. E indica D. João Camelo como irmão de Catarina Álvares, mulher de Luís Álvares de Madureira, ambos filhos de D. João Álvares Prior de Grijó<sup>10</sup>.

Aires Gomes Fernandes confirma a presença de D. João Camelo (que na altura se assinava João Álvares), como prior de Grijó sucedendo a um homónimo (seu pai?), sobre quem escreve: «foi comendatário dos mosteiros de Roriz e S. Jorge de Coimbra, que viria igualmente a deter o mosteiro de Grijó e que seria eleito bispo de Silves, resignando entretanto ao priorado de Roriz em 1477, a favor do seu irmão Rodrigo Álvares»<sup>11</sup>.

Num trabalho em curso, de transcrição e estudo de uma crónica de Grijó, do século XVII, há referência a ambos os priores de nome João Álvares e quanto ao segundo, uma nota curiosa que documenta o primeiro encontro entre D. João II e o futuro bispo de Silves e de Lamego. Tendo o monarca passado pelo mosteiro de Grijó a caminho da vila de Aveiro, em Janeiro de 1484, ali o «Prior Dom Joam Alvarez [o] agasalhou com grande

<sup>9</sup> BRITO, Pedro - *Patriciado urbano quinhentista*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1997, p. 106-107.

<sup>10</sup> Idem, *ibid.*, cf. quadro MADUREIRAS I.

<sup>11</sup> FERNANDES, Aires Gomes - *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em Finais da Idade Média: dos Alvores de Trezentos à Congregação de Santa Cruz*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Letras, área de História, na especialidade de História da Idade Média, p. 125. O autor remete para o seguinte trabalho: COSTA, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp.78-79. Agradecemos esta indicação à Doutora Rosário Morujão.

<sup>12</sup> CRUZ, D. Marcos da — *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Coordenação científica Marta Sofia Costa; Prefácio Luís Carlos Amaral; Leitura, transcrição, notas e índices Marta Sofia Costa e Nuno Gonçalo da Paula. (No prelo). Agradecemos esta indicação à Doutora Maria João Oliveira e Silva.

<sup>13</sup> Cf. CORREIA, Vergílio, *op. cit.*

<sup>14</sup> Este apontamento foi um dos que levantou discussão entre Vergílio Correia e José de Figueiredo. O segundo questionou o primeiro sobre a razão de tal identificação, que Vergílio Correia justificou na revista *Terra Portuguesa*, dando como exemplo os retratos na Batalha, descritos por Frei Luís de Sousa, cf. *Terra portuguesa: revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia*, tomo V, n.º 39 (1924, Jul.), p. 60. Sem querermos entrar nesta discussão, não podemos deixar de assinalar que, a associarmos uma das personagens do quadro a D. João Camelo, o faríamos com o sacerdote à direita do hipotético Simeão, responsável pela circuncisão. Embora este ocupe o lugar central, é o homem de longas barbas, paramentado como bispo (com mitra e galero), que melhor parece adequar-se a alguém que, em 1506, já ocupara o lugar de prior de Grijó e duas catedras.

<sup>15</sup> CORREIA, Vergílio - *Monumentos e esculturas (seculos XIII-XVI)*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924, p. 106.

generosidade, e grandeza de mimos, que a terra dava (...)»<sup>12</sup>. Deste encontro poderia ter surgido a oportunidade de ascender a prelado de Silves, algo que veio a acontecer dois anos depois, em 1486.

De resto, aos Camelos de Vilar do Paraíso e Madureiras do Porto ligavam-se os Figueiroas, os Pintos, os Brandões e os Cirnes, conhecidos pela sua presença ou acção nas feitorias do norte da Europa e pela influência junto dos monarcas portugueses. Estas ligações podem também explicar a ascensão de D. João Camelo ao episcopado português e a sua proximidade a D. João II, que tanto estimou e protegeu as elites do Porto.

Foi o arqueólogo e historiador da arte Vergílio Correia (1888-1944) o primeiro a propor um perfil e até um retrato para D. João Camelo, entusiasmado pela descoberta das escrituras dos contratos da grande obra de renovação da catedral de Lamego<sup>13</sup>. Assinalou-lhe as hipotéticas armas e até a efígie, ambas registadas, segundo ele, pelo pintor Vasco Fernandes num dos painéis (o da Circuncisão)<sup>14</sup> chegando a atribuir-lhe a encomenda de certos frescos na altura descobertos na igreja de Santiago de Valadares, em Baião<sup>15</sup>. Seguiram esta hipótese alguns

autores, mas como tivemos a oportunidade de refutar recentemente<sup>16</sup>, tratou-se da encomenda de um quase homónimo do bispo de Lamego, João Camelo de Sousa, referido pelos genealogistas como filho de Álvares Gonçalves Camelo, terceiro senhor de Baião<sup>17</sup>.

Embora Vergílio Correia inicie a fortuna crítica dos quadros remanescentes do políptico da catedral (hoje no Museu de Lamego) pelo relatório de 1888, destinado por Augusto Filipe Simões<sup>18</sup> à Academia de Belas Artes de Lisboa, já dez anos antes no livro «Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego» se fazia menção ao «formoso retabulo na capella mór da sua Sé de Lamego e muitas obras, que existem, monumentos de sua [do bispo D. João Camelo] eximia piedade»<sup>19</sup>. Livro de autorias múltiplas (para já conhecidas as de D. Joaquim de Azevedo e de D. Manuel Agostinho Barreto), iniciado no século XVIII e continuado no século XIX resta saber quem, quando e como terá associado tais obras a D. João Camelo. Através de documentos, nos cartórios da Mitra ou do Cabido? Pela observação do emblema no quadro da Circuncisão, depois notado por Vergílio Correia? Não o sabemos.

Mas supomos que o texto do *Pedatura Lusitana* tenha contribuído para a elaboração da biografia do bispo na História Ecclesiástica, a mais completa a seu respeito no contexto da memorialística lamecense, onde se disserta

<sup>16</sup> BOTELHO, Maria Leonor, & RESENDE, Nuno - «Igreja de São Tiago de Valadares: Baião». In MACHADO, R. Correia, coord. geral & ROSAS, Lúcia, coord. cient. (eds.), *Rota do Românico*. [s.l.]: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, tomo 2, pp. 283-307.

<sup>17</sup> GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa - *op. cit.*, título de SOUSAS, § 70, N 18.

<sup>18</sup> Cf. CORREIA, Vergílio - *Vasco Fernandes*, p. 23.

<sup>19</sup> AZEVEDO, Joaquim, D. - *Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1877, p. 70.

<sup>20</sup> «[...] e em lugar de suas armas de Camellos e Silvas, colocou a cruz e insígnias episcopales, e duas mãos a pegar uma na outra, que é symbolo e lembrança do que passou em Alvor, unidas as mãos do lº e do Bispo, quando a graça do Altissimo lhe penetrou o coração», cf. AZEVEDO, Joaquim, D., *op. cit.*, p. 70.

sobre as suas obras, as suas armas (ou, melhor, a sua empresa)<sup>20</sup> e sobre a sua origem familiar. A este respeito, o autor do verbete biográfico avisa que o bispo D. João não provém da família dos Madureiras, sendo assim designado, apenas, porque «uma sua sobrinha casou com Luiz Alvares de Madureira, dos principaes cavalleiros do Porto». Esta associação aos Madureiras portuenses é, contudo, um importante indício de que a origem destes dados esteve na consulta da referida obra genealógica.

Os contratos datados de 7 de Maio, 2 de Julho, 4 e 29 de Setembro de 1506 e os de 30 de abril, 14 de Junho de 1511 publicados em 1924 por Vergílio Correia são, entre os poucos documentos e testemunhos conhecidos, os mais importantes sobre o empenho de D. João Camelo na renovação da catedral lamecense, contribuindo para a mudança entre a espacialidade medieval e novo edifício gótico (obra que o seu sucessor fará continuar) e constituem, também, raras provas escritas que atestam a sua presença em Lamego, onde foi prelado durante 11 anos, entre 1502 e 1513.

A contratação de artistas de origem estrangeira para essa obra como João de Utreque, Arnao de Carvalho e Ângelo de Ravel, não estranham num contexto já explicado, o de quem tivera contacto com as famílias e negócios da florescente praça comercial do Porto para onde, no século XV, afluíam modos de fazer e gostos da

Flandres e regiões vizinhas. E a chamada do afamado Vasco Fernandes a Lamego, expressa o dever de deixar uma marca de modernidade, usando a pintura como expressão de poder, mas também sinal de fé, honrando dessa forma o seu compromisso perante D. João II como prelado já cuidadoso nas suas funções.

São, contudo, reduzidas e esparsas as notícias que colhemos de D. João Camelo nas obras memorialísticas diocesanas, geralmente encomiásticas. Para além da já citada *Historia Eclesiástica*, o autor da «*Memoria Chronologica dos Bispos de Lamego*»<sup>21</sup>, datada de 1789 dá-o como 28.º prelado da cátedra de Lamego, e assinala referências a duas sentenças com o nome de D. João Camelo, uma de 1509 e outra de 1510, provavelmente exaradas do cartório capitular, principal recurso do memorialista.

Manuel Gonçalves da Costa, na sua obra maior de 6 volumes (1877-1992), refere dois documentos, uma renovação no prazo da quinta da Póvoa<sup>22</sup>, em Piães (Cinfães), datada de 1 de Setembro de 1509 e um prazo, «lavrado em Trevões, a 21 de Julho de 1513»<sup>23</sup>. Embora não cite a fonte, sabemos-los colhidos na *História Eclesiástica*, de 1878.

De certos documentos de Almacave, transcritos por Santa Rosa de Viterbo e referidos por Gonçalves da Costa,

<sup>21</sup> FONSECA, João Mendes da - *Memoria chronologica dos excelentissimos prelados, que tem existido na cathedral desta cidade de Lamego [...]*. Lisboa: [Na Of. de Antonio Rodrigues Galhardo], 1789, pp. 87-88.

<sup>22</sup> COSTA, M. Gonçalves da - *História da Cidade e Bispo de Lamego*. Lamego: [Diocese de Lamego], 1984, p. 396.

<sup>23</sup> COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispo e Cidade de Lamego*. Lamego: [Diocese de Lamego], 1982, p. 11.

<sup>24</sup> COSTA, M. Gonçalves da, *op. cit.*, p. 14.

<sup>25</sup> VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário*. Porto: Livraria Civilização, 1984, vol. 2, p. 518.

infere-se que o prelado teria adquirido certas casas no bairro do castelo de Lamego, «ao lado da igreja de S. Salvador, com quintal e laranjeira»<sup>24</sup>, em 1515. Mas convém transcrever o texto de Viterbo:

«Entre os documentos de Almacave de Lamego se acha que o Ilustrissimo Bispo de Lamego D. João comprou humas casas no Castello, junto á Igreja do salvador com seu quintal que tinha huma laranjeira, por 20\$000 réis brancos, e por huma abbarrada de prata dourada, que pesava cinco marcos, e por 20 réis de tostõens, moeda hora corrente. Feito o instrumento no ano de 1515»<sup>25</sup>.

Ora, fazendo fé neste documento, ainda que a sua origem não seja clara, D. João Camelo seria vivo em 1515, dois anos depois da chegada de D. Fernando Meneses Coutinho, que tomou posse da cátedra lamecense em 1513. M. Gonçalves da Costa aventa que o bispo, resignatário, teria comprado as moradas para viver nelas, mas não deixa de ser estranho que um outrora cortesão, duas vezes prelado, fosse morrer numas modestas casas com laranjeira a poucos metros do paço episcopal de Lamego.

O documento agora exarado, pergaminho de 1506 conservado provavelmente entre os descendentes ou familiares do indivíduo a que se refere, João Pinto, reitor da igreja de Santa Marinha de Real, é de suma

importância para documentar o tempo da prelatura lamecense do bispo D. João Camelo. Assim o confirmam a sua transcrição, estudo diplomático e de interpretação do selo apenso.

A respeito de João Pinto, conhecemos o que sobre ele refere Alão de Moraes: «Fidalgo capelão delRey, Abb.e de Real», irmão de Brites Pinta, abadessa de Tarouquela, ambos filhos de Fernão Pinto (criado da casa do Infante D. Fernando) e de D. Margarida Fernandes<sup>26</sup>.

O teor deste pergaminho inscreve-se, assim, numa lógica de manutenção do padroado da igreja de Real (hoje Castelo de Paiva), ao que parece cedido pelo povo, em 1445, a Aires Pinto e legado aos seus descendentes, da Casa da Fervença de Cinfães, como esclarece a *Historia Eclesiástica de Lamego*<sup>27</sup>.

A 15 de Janeiro de 1506, João Pinto estava em Trevões, onde se encontrou com D. João Camelo para lhe pedir a confirmação como reitor da igreja de Real. O acto ritualístico é registado e assinado por um João Soajo, escrivão da câmara, sinal da importância daquela povoação no contexto administrativo diocesano: uma das câmaras episcopais onde o prelado pousava quando em jornada pelo território.

<sup>26</sup>MORAIS, Cristóvão Alão de, *op. cit.*, tomo 4.º, vol. 1.º, p.

<sup>27</sup>Azevedo, Joaquim, D., *op. cit.*, p. 137.

<sup>28</sup> Cf. MARQUES, Maria Alegria - «Uma bula do século XV: pretexto e contexto». In Ribeiro, Agostinho & Braga, Alexandra (Eds.). *Pergaminhos*. [s.l.]: Instituto Português de Museus, 2002, pp. 22-14.

<sup>29</sup> A este respeito ver: RESENDE, Nuno; MOUTINHO, Luís, dir. fot.; CAETANO, Pedro, rev. - *Igreja de Trevões: identidade e legado*. [Braga]: Paróquia de Santa Marinha de Trevões, 2019. ISBN: 978-989-20-9807-4.

Trevões, povoação situada a sul do Douro, em São João da Pesqueira, próxima a Trancoso e nos antigos limites da Diocese de Lamego, estendidos por intervenção de D. Dinis, num contexto de definição de fronteiras<sup>28</sup>, tornou-se um importante lugar de controlo, quer no circuito das visitas dos prelados, quer na vigilância pós-tridentina, expressa na divisão em distritos eclesiásticos<sup>29</sup>.

A presença, ali, de D. João Camelo, em Janeiro de 1506, pode significar que, ao contrário de outros bispos ausentes ou centralistas, gozando fora do bispado ou na sede do mesmo, os réditos e os direitos do cargo, este prelado tentava implementar um perfil pastoral de visita pela sua diocese, tentando eventualmente corrigir os erros que lhe imputou o rei D. João II na hora da morte.

Do perfil de bispo cortesão medieval, pouco avesso aos deveres religiosos e mais aos prazeres mundanos, ao de bispo empreendedor e reformador da sua catedral e vigilante da sua diocese, a prelatura de D. João Camelo bem pode considerar-se um tempo de pré-reforma e de mudança.



MUSEU DE  
LAMEGO



REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA

CULTURA  
NORTE

2021 OBRA  
INCOR-  
PORADÃ

CARTA DE  
D. JOÃO CAMELO  
DE MADUREIRA / 1506

[DOAÇÃO JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA SANTOS]

ANEXO



- VÍDEO -

Cerimónia de entrega da «Carta de D. João Camelo» ao Museu de Lamego, a 20 de fevereiro de 2021.

Captação de imagem e edição: Curso Profissional de Técnico de Multimédia do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, Lamego.







MUSEU DE  
LAMEGO

EDIÇÃO  
ESPECIAL

publicação online

# INventaMUSEU

Revista da Secção de Inventário

[www.museudelamego.gov.pt](http://www.museudelamego.gov.pt)

09

2021



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA  
NORTE